

FMI não resolve, dizem professores

GUIOMAR CAMPELLO

A aceleração da política de desvalorização do cruzeiro a partir do próximo mês, ou até mesmo uma maxidesvalorização, idêntica à ocorrida em 1979, além do corte nas importações de petróleo em torno de US\$ 4 bilhões, em 1983, serão as alternativas viáveis para que o Governo consiga o superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial pretendido pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Internamente, deverá ser acionada uma política de racionamento do uso de combustíveis, não só da gasolina, pois este derivado não é o item responsável pelo elevado nível da conta-petróleo: O diesel é o que mais pesa na balança; já que toda a infra-estrutura viária do país está toda baseada em rodovias.

Esta é a opinião do professor José Santana, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, que, juntamente com outros dois professores, Lauro Campos e Flávio Versiani, analisaram a situação econômica do país e as previsões feitas pelo ministro da Fazenda para o próximo ano. O professor Lauro Campos, que não é tão otimista quanto o ministro Ernane Galvêas, acha que a principal consequência do último "pacote", proibindo importações de cerca de mil produtos, é que ele representa o retorno a 1964.

Isto significa que os tecnocratas pensam ser possível ligar uma marcha-à-ré na história e recomeçar tudo de novo. Assim, mecânica e ingenuamente, teríamos em breve um novo milagre econômico, tão aparente quanto o do primeiro período do ministro Delfim Netto". O professor não concorda com a opinião do professor José Santana, de que é inevitável a aceleração da desvalorização do cruzeiro, ou mesmo uma maxidesvalorização, por entender que isso só prejudicaria ainda mais as empresas nacionais, tendo como uma forte crise sócio-econômica.

Também o professor Flávio Versiani não acha necessário apelar para um reforço da política cambial, pelos mesmos motivos apontados por Lauro Campos, mas critica o Governo pela falta de um planejamento para enfrentar os problemas, como se esses problemas fossem difíceis de prever a partir de crise do petróleo, em 1974. "O Governo adota uma política casuística, adotando soluções sempre que surgem novos problemas".

O Brasil, disse o professor José Santana, está enfrentando uma série de problemas devido fundamentalmente ao nível de dívida eterna atual, devido à crise internacional, que levou à redução dos preços de nossos produtos de exportação, aumento da taxa de juros, tudo isso junto acarreta esses problemas para nossa economia, daí a divulgação do último pacote, de proibição de importação de cerca de mil produtos, para tentar não abrir falência. "A ideia, disse, é fazer alguma coisa para que não seja necessário se recorrer ao FMI ou a renegociação da dívida externa".

As dificuldades vividas pelo país e as que previu o ministro Ernane Galvêas, segundo o professor, poderiam ser sentidas muitos anos "por qualquer pessoa com a mínima noção de economia", em decorrência da crise do petróleo, em 1974.

Mas, o que o país fez? O aumento do petróleo to trouxe déficit no nosso balanço de pagamentos e, em vez de se corrigir esses déficits, o que fizeram as autoridades? Tomaram mais dinheiro emprestado para consumir. Quer dizer, estávamos consumindo e investindo mais do que se estava produzindo internamente".

Em 1980, com o crescimento da dívida, se chegou a um ponto que os banqueiros internacionais, os emprestadores, restringiram o crédito ao Brasil. Então, no ano seguinte, o Governo adotou medidas restritivas na economia e em cada restrição mostrava aos banqueiros que o Brasil era um país sério em quem eles poderiam apostar. Os banqueiros apostaram e logo entraram mais recursos, sem grandes problemas. Em 82 começamos novamente o reaquecimento da economia e o que aconteceu é o que estamos vendo aí, uma crise pela qual passamos nossos parceiros comerciais, renegociando as suas dívidas. Os banqueiros, novamente, se viram preocupados com o Brasil e decidiram que apostar em nós era um risco muito grande e reduziram seus empréstimos, forçando o país a ter que pedir empréstimo ao FMI ou a renegociar sua dívida.

Mas o Fundo Monetário Internacional não entra para solucionar o problema de ninguém. Ele nada mais é do que um sistema de proteção ao crédito internacional. Mas para recorrer ao FMI o país terá que adotar uma série de restrições e os US\$ 600 milhões ou até US\$ 4 bilhões, o máximo que o fundo pode emprestar, juntando todas as linhas de crédito disponíveis em três anos, não solucionariam o problema brasileiro, que necessita de US\$ 4 bilhões até dezembro, para fechar o seu balanço de pagamentos. E os banqueiros também só emprestam depois que o Brasil assinar a carta de boa-conduta sugerida pelo FMI. Assim, quando se fala em recorrer ao Fundo não é para solucionar os problemas do país, mas para satisfazer os banqueiros, através desse programa que, infelizmente, o país não tem. O país não tem nenhum planejamento.

As previsões do ministro Galvêas parecem indicar que já estamos preparando aquele programa de governo de austeridade, de economia de guerra, que já deveria ter sido feito em 1974, afirma o professor José Santana, que, entretanto, considera tardia a providência. "Naquele tempo a dívida externa era muito mais baixa, a austeridade não causaria tantos problemas. O mundo inteiro estava num regime de austeridade nós aqui dizendo que vivíamos num mar de rosas, que o país era uma ilha, sem problema, que não temos problema de crédito internacional".

Hoje, o problema se torna difícil. Ter um superávit de cinco a seis bilhões de dólares, como espera o ministro Ernane Galvêas, é, para o professor da UnB, praticamente impossível. "Tem que conseguir pelo menos US\$ 4 bilhões em economia de



Marcos de Oliveira/Arquivo

Lauro Campos, da UnB

petróleo, mas um racionamento de gasolina ainda com todos os transtornos de um racionamento não traria US\$ 4 bilhões, porque o problema hoje é de consumo de óleo diesel, a base de todo o sistema de transporte do país".

Acha ainda o professor José Santana que o ministro da Fazenda está superotimista ao esperar que as taxas de juros caiam e que os preços das matérias-primas voltem a subir. "Assim, se pode encontrar superávit até de US\$ 50 bilhões. Dependendo do preço do café, do açúcar, do ferro e se os juros caírem a 0,5% ao ano não conseguiremos um superávit, do contrário, vai ter que reduzir a importação de petróleo.

As proibições de importação de cerca de mil produtos também terão duração curta, prevê o professor da UnB, "porque elas não resolvem o problema de ninguém, a menos que continuassem por algum tempo, conjugados com uma desvalorização do cruzeiro, o que tornariam as importações automaticamente mais caras". É mais uma fuga para não decretar uma maxidesvalorização do cruzeiro, observa José Santana, segundo quem essa medida está sendo esperada por todos os tomadores de empréstimos de curto prazo, de menos de um ano.

PROIBIÇÃO É FECHAMENTO DA ECONOMIA

Para o professor Lauro Campos, o fechamento da economia por meio da proibição da importação anunciada pelo Governo é a resposta que o Brasil dá ao processo de corrosão, de cisão, de ruptura do comércio internacional. Segundo afirmou, as medidas restritivas adotadas pelos maiores compradores de nossos produtos de exportação e o agravamento da depreciação desses produtos e das relações de troca, foram a base do discurso do presidente Figueiredo na ONU.

Mas isto, observa o professor Lauro Campos, é o lado externo da crise, a polémica da abertura do modelo brasileiro, pois o fechamento das importações é o oposto daquilo que, desde o ministro Roberto Campos, se propõe e impõe à economia brasileira. O professor da Universidade de Brasília não concorda em que a culpa seja lançada sobre os EUA, pois isso significa a prática da projeção de culpa, que é do governo brasileiro e de seus ministros. "Freud explica o mecanismo da projeção: quando uma criança bate a cabeça na parede, ao invés de reconhecer sua culpa, bate na parede. Quem teceu a desculpa não gosta de Freud porque ele explica e desmascara a desculpa. A culpa pela nossa crise é nossa", diz o professor.

Para o professor, o pacote de proibição de importação é apenas o começo de uma série de medidas de arrocho, que virão ainda este ano, provavelmente logo após as eleições. Entre essas medidas, se incluirão a centralização e o aumento da carga tributária, o arrocho salarial e a desarticulação sindical. "E, o que será impossível, a renovação dos lucros não-operacionais dos incentivos e estímulos, que estão hoje exauridos".

SOLUÇÕES SÓ COM DEBATES

Depois de criticar a falta de um planejamento de Governo para a economia do país, que vem ao longo dos anos adotando medidas casuísticas, o professor Flávio Versiani, observa também que o último pacote de proibição de importação representa mais uma etapa nessa linha de comportamento dos responsáveis pela economia brasileira. Todas essas medidas, afirma o professor, deveriam ter sido tomadas há vários anos e não agora, para evitar que a situação ficasse tão dramática.

Para Flávio Versiani, é necessário um redirecionamento dos investimentos no sentido de privilegiar o funcionamento de alguns setores produtivos, não dependentes de importação. Voltar-se mais para o mercado interno seria o recomendável, mas não se nota nenhuma preocupação nesse sentido, diz o professor, que acha que a solução de todos os problemas do país só será encontrada quando eles forem colocados em discussão entre os interessados e não decididos de cima para baixo, entre algumas pessoas fechadas em gabinete. "É necessária a democratização da política econômica, através de ampla discussão pelo Congresso, para acabar com esse vício arraigado há muitos anos de tomada de decisões", observou Flávio Versiani.